Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 2026, reuniu-se na sede do IPREV PBA, situada à Rua Paula Freitas, nº 110, Centro, Paraopeba/MG, o Comitê de Investimentos, para a realização de sua 135ª Reunião Ordinária, referente ao acompanhamento dos resultados do mês de abril de 2026. Aberta a sessão, foram apresentados os relatórios da carteira de investimentos elaborados pela empresa Mensurar Investimentos, os quais demonstraram que a rentabilidade da carteira do IPREV PBA no mês de abril foi de 1,05%, ficando abaixo da meta atuarial do período, que atingiu 1,12%. O resultado também ficou ligeiramente abaixo do CDI, que registrou rentabilidade de 1,09%, e do IMA Geral, que apresentou retorno de 1,34%. A Diretoria Executiva e este Comitê de Investimentos, assessorados pela empresa Mensurar Investimentos, continuam desenvolvendo estratégias visando ao alcance das necessidades atuariais do Instituto dentro dos prazos estabelecidos. Como o IPREV não está superando a meta por três meses consecutivos, deliberamos pela realização de uma reunião junto à assessoria para tentar reverter a situação. Em termos nominais, a carteira de investimentos apresentou retorno de **R$ 354.824,92 (trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos)** no mês de abril de 2026, distribuídos entre os segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Fundos Imobiliários e Empréstimo Consignado.O patrimônio total do Instituto atingiu o montante de **R$ 33.274.687,27 (trinta e três milhões, duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos)**.Quanto ao enquadramento legal da carteira, verificou-se que o limite de concentração por fundo de investimento, estabelecido no inciso IV do artigo 18 da Resolução CMN nº 4.963, está devidamente atendido. Constatou-se, ainda, o cumprimento dos limites previstos nos incisos I e II do artigo 19, que restringem a participação do RPPS no patrimônio líquido dos fundos investidos, bem como o atendimento ao limite de 5% de participação no patrimônio das gestoras, conforme disposto no artigo 20 da mesma Resolução.Foi registrado que o RPPS mantém recursos aplicados no fundo BRA1 Renda Fixa, inscrito no CNPJ nº 10.883.252/0001-60, cujo administrador e gestor não atendem atualmente ao disposto no inciso I do § 2º do artigo 21 da Resolução. Contudo, observou-se que o § 9º do referido artigo estabelece que tais requisitos devem ser observados no momento da aplicação dos recursos. Considerando que o aporte foi realizado em data anterior à vigência da Resolução, concluiu-se que o investimento permanece regular e em conformidade com a legislação aplicável.Na sequência, foi realizada a análise do cenário econômico referente ao mês de abril de 2026. Destacou-se que o período foi marcado por um ambiente de incertezas inflacionárias, alterações nas expectativas de juros e forte influência do cenário internacional, especialmente em razão das tensões geopolíticas no Oriente Médio e da elevação dos preços do petróleo. Esses fatores impactaram diretamente os mercados financeiros, influenciando o comportamento da bolsa de valores, do câmbio e das decisões de investimento.Foi observado que as projeções para o IPCA de 2026 apresentaram elevação ao longo do mês, aproximando-se de 5%, percentual superior ao centro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Entre os principais fatores para essa revisão destacaram-se os aumentos nos preços do

petróleo e dos combustíveis. Ao final de abril, o Banco Central promoveu a redução da taxa Selic de 14,75% para 14,50% ao ano, mantendo, entretanto, um discurso cauteloso em relação à inflação e gerando incertezas quanto ao ritmo dos próximos cortes de juros.No mercado de renda variável, o Ibovespa apresentou momentos de forte valorização ao longo do mês, chegando próximo de máximas históricas, mas encerrou abril praticamente estável, refletindo a postura cautelosa dos investidores diante do cenário econômico. Já o dólar registrou queda expressiva, sendo negociado abaixo de R$ 5,00 em determinados momentos do mês, atingindo os menores níveis observados em aproximadamente dois anos, movimento que contribuiu para amenizar parte das pressões inflacionárias. Em síntese, dos relatórios analisados, elaboramos o Parecer COMINV 04/2026, para apreciação do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, a ata será lida e assinada por todos os membros presentes. Paraopeba, MG, 29 de maio de 2026.